

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS

DATA: 04 de maio de 2026

LOCAL: Receita Estadual

1. Abertura

Às 9 horas e 30 minutos do dia 04 de maio de 2026, sob a presidência do Auditor-Fiscal e Subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, teve início a 21ª Reunião Ordinária do Conselho de Boas Práticas Tributárias. O Presidente deu as boas-vindas aos conselheiros após seu período de férias e procedeu à verificação de quórum, registrando a presença dos representantes das entidades. A Ata da 20ª Reunião Ordinária foi submetida à apreciação e aprovada sem observações pelos presentes.

2. Acompanhamento de Resultados e Encaminhamentos

- **Resultados do Acordo Gaúcho:** A Vice-Presidente Luciana Mabilia Martins (PGE) e o Auditor Fiscal Clóvis Breda apresentaram o balanço final da adesão ao edital, encerrado em 30 de abril. Foram realizadas 1.158 transações por 1.060 contribuintes, totalizando R\$ 1.152 bilhão, sendo R\$ 610 milhões mediante compensação com precatórios. Destacou-se que a modalidade de precatórios atraiu os maiores volumes financeiros, enquanto a modalidade em dinheiro teve maior pulverização de pequenos devedores. Foi anunciado que a normatização para a Transação Individual está sendo preparada em paralelo.

- **GT de Combate à Informalidade e Ilegalidade:** O Auditor Alcides Seiji Yano relatou os avanços da segunda reunião do GT, realizada em 13 de abril. O plano de trabalho para 2026 foca em três eixos: o lançamento e aperfeiçoamento do canal centralizado de denúncias (sob coordenação da delegacia de Novo Hamburgo), a organização da fiscalização de feiras itinerantes e a integração de projetos de educação fiscal entre o Estado e as entidades. O debate enfatizou a necessidade de campanhas de conscientização, que utilizem a capilaridade e a proximidade das entidades com a sociedade, para demonstrar que o impacto da informalidade não é apenas uma questão tributária, mas sustenta o crime organizado e gera riscos graves à saúde pública. Discutiu-se, também, a integração tecnológica com a plataforma da Nota Fiscal Gaúcha para estimular a denúncia pelo cidadão, inclusive com estudos sobre possíveis mecanismos de incentivo ou premiação. Foi sugerido, ainda, maior rigor e fiscalização junto a empresas de contabilidade que facilitam práticas irregulares. Também foi debatida a ideia de que o Conselho realize reuniões ampliadas dentro das federações para coletar diagnósticos específicos de cada sindicato sobre as práticas ilegais que mais afetam a competitividade gaúcha.

- **Política Tributária: Substituição Tributária (ST):** O debate retomou o andamento das conversas entre as entidades para a construção de um posicionamento consensual dos setores sobre o desembarque da ST. O setor de pneus confirmou que está elaborando ofício para ser entregue à Receita Estadual solicitando a retirada da ST. A FECOMÉRCIO e SESCON relataram as reuniões que estão sendo promovidas entre os sindicatos, em que, embora o diálogo ocorra, ainda persistem impasses técnicos, principalmente devido a conflitos sobre o diferimento parcial e margens de lucro. Eles têm orientado os setores de que esta é, fundamentalmente, uma pauta de ajuste comercial e de preços entre as partes, e não apenas uma decisão de política tributária estatal. Representantes da AGAS e FEDERASUL reforçaram a necessidade de um esforço conjunto



e reuniões entre as entidades para alinhar estratégias e proteger o fluxo de caixa de pequenos mercadistas. O Presidente Ricardo Neves reiterou que, para avançar no desembarque da ST, o Estado aguarda uma manifestação consensual dos setores.

3. Desenvolve/RS: Painel de Análise Econômico Setorial

Os Auditores Fiscais Kátia de Souza e Cristian Azevedo apresentaram uma nova funcionalidade do Desenvolve/RS: um Painel BI que utiliza o auxílio da Inteligência Artificial para sintetizar as discussões das lives "Diálogos Setoriais". A ferramenta permite que o usuário visualize dados de vendas e compras simultaneamente a uma análise de contexto qualitativa, conforme as informações levantadas nos diálogos setoriais, facilitando a compreensão dos números isolados. O sistema inclui links diretos para as gravações das lives e filtros por setores como agro, indústria e atacado.

4. Desafios da Reforma Tributária

As Auditoras Fiscais Luiza Cartana e Cassandra de Souza detalharam o panorama atual da Reforma Tributária. Destacou-se a publicação do regulamento do IBS (Resolução nº 6), consolidado em 617 artigos, reforçando que as entidades representativas e a sociedade têm o prazo até 31 de maio de 2026 para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento ao texto. Há alguns riscos iminentes na transição, como o ciclo eleitoral, a pressão do cronograma constitucional e a insegurança jurídica na convivência entre os sistemas antigo e novo até 2033. A reforma enfrenta desafios institucionais (estruturação do Comitê Gestor), federativos (integração entre entes), tecnológicos (interoperabilidade), operacionais (mudança para conformidade cooperativa) e sociais (engajamento da sociedade). Nesse cenário, o papel do CBPT é fundamental como fórum central de diálogo e construção conjunta, sendo o espaço ideal para acompanhar a evolução técnica da reforma e mitigar os riscos de transição. O conselho atua como um elo essencial para que os setores econômicos possam validar modelos operacionais (como o piloto da apuração assistida) e garantir que a reforma, embora técnica, seja uma construção coletiva que preserve a competitividade e a transparência para o contribuinte.

5. Encerramento e Síntese Final

O Presidente Ricardo Neves realizou a síntese dos trabalhos, reafirmando o CBPT como fórum de construção coletiva onde as entidades devem atuar como co-construtoras das soluções, especialmente na transição para a Reforma Tributária e no combate setorial contra a informalidade. A reunião foi encerrada às 12 horas, com o agradecimento do Presidente à presença de todos.

Ricardo Neves Pereira

Presidente do Conselho de Boas Práticas Tributárias

Janaína Grigoletto Cavalheiro

Auditora-Fiscal da Receita Estadual